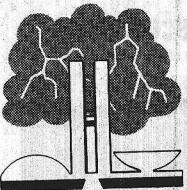


José Carlos compromete ainda mais Fiúza

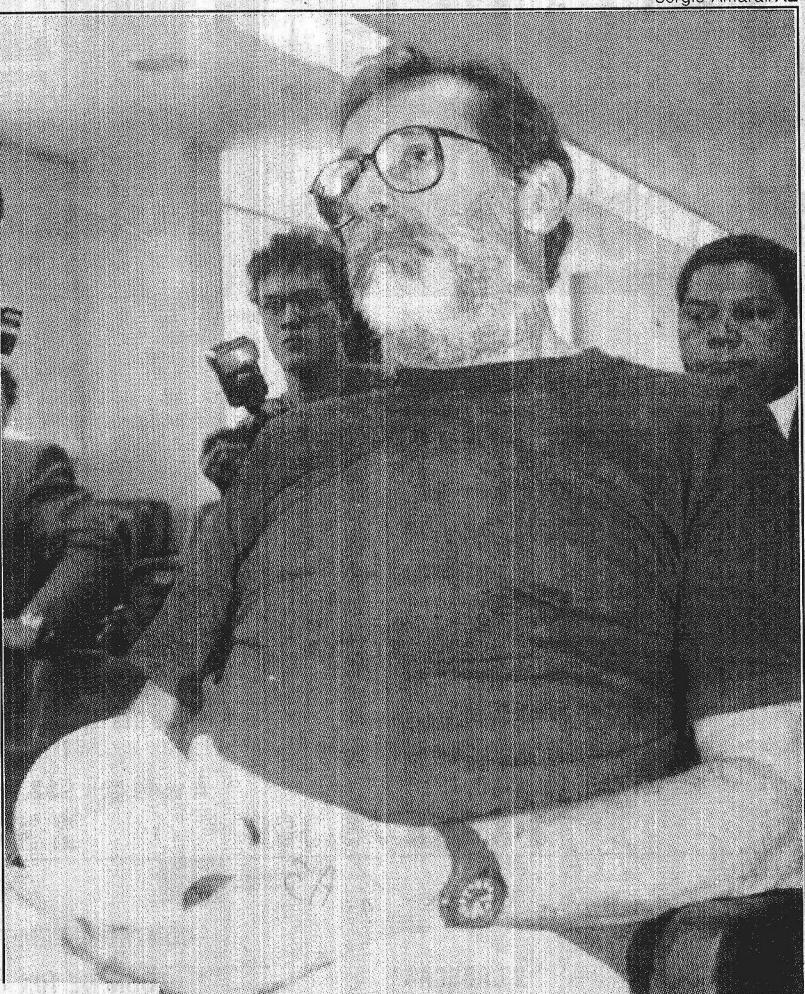
Economista dá detalhes sobre ação do ex-ministro no esquema de divisão de subvenções do Orçamento

BRASÍLIA — O deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), ex-ministro da Ação Social no governo Collor, deverá voltar à CPI do Orçamento para esclarecer novas acusações feitas ontem, pelo economista José Carlos Alves dos Santos. O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) afirmou ontem que vai pedir ao presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), que convoque Fiúza para se explicar pelo menos à subcomissão de subvenções sociais, da qual é coordenador.

No depoimento prestado na Superintendência da Polícia Federal, onde está detido, José Carlos buscou comprometer Fiúza com o esquema do deputado João Alves (sem partido-BA), denunciando uma reunião que os dois realizaram com a participação do ex-líder do PMDB na Câmara Genebaldo Correia. Nesse encontro, de acordo com José Carlos, teria sido debatida a distribuição de verbas de subvenções sociais para o Orçamento de 1992, quando Cr\$ 13 bilhões (em valores da época) ficariam para as "entidades tradicionalmente atendidas" e Cr\$ 5 bilhões (também em valores da época) seriam usados para indicações políticas do próprio Fiúza. Os valores estão expressos num bilhete manuscrito que Fiúza mandou a José Carlos, quando este era chefe da assessoria do Orçamento. O economista disse que uma frase do bilhete — "Obs: Mínimo para Estado da Bahia" — foi um disfarce para não caracterizar o acordo entre Fiúza e João Alves.



GARIBALDI
QUER PEDIR
EXPLICAÇÕES
A DEPUTADO



Sérgio Amaral/AE

Ex-assessor fala com os parlamentares na PF

José Carlos esclareceu também outro bilhete encontrado em sua casa, no qual Fiúza diz a seu secretário-executivo, Maurício Vasconcelos, para liberar 80% das subvenções sociais e manda que ele "combine com José Carlos" a forma de liberação. De acordo com José Carlos, este bilhete é da época em que o ex-presidente Fernando Collor tentava se livrar do impeachment e prova que Fiúza se dirigia diretamente a ele, que era diretor do Departamento de Orçamento, quando pretendia liberar verbas. O depoimento foi dado ao senador

Garibaldi Filho e aos deputados Nelson Trad (PTB-MS) e Lázaro Barboza (PMDB-GO), da CPI.

Em regime de arrastão, a CPI também ouviu ontem o senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) e ex-chefe da assessoria de Orçamento da Câmara Roberval Batista de Jesus, demitido em setembro de 1991, a pedido do senador Ronaldo Aragão (PMDB-RS). Mansueto atribuiu a movimentação de US\$ 207 mil em suas contas bancárias à venda de imóveis. Roberval, por sua vez, garantiu não ter visto nenhuma irregularidade no funcionamento da Comissão de Orçamento, mas quis fiscalizar a aplicação dos recursos, o que deve ter causado sua demissão.